

# CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

Superior Tribunal de Justiça

Caderno de Questões

## GABINETE DE MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Data: 20/10/2019

Número de questões: 40 (quarenta)

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: 
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de 3h00 min, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. O candidato somente poderá levar o caderno de questões da prova objetiva faltando 30 (trinta) minutos para o final da prova.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, IPOD, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc), livros, anotações, etc.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
  - \*Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
  - \*For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
  - \*Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
- \*Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
- \*Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- \*Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
10. Os cadernos e gabaritos provisórios serão divulgados no sítio do CIEE no dia **21/10/2019**.
11. As datas previstas para interposição dos recursos serão de dois dias úteis a contar da divulgação dos gabaritos.
12. Para interpor recurso, o candidato deverá preencher formulário específico, constante no Anexo XII, e enviar mensagem eletrônica para a caixa corporativa [eucandidato@ciee.org.br](mailto:eucandidato@ciee.org.br), das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia.
13. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
14. Serão elaboradas listas de classificação, divididas por curso, em ordem decrescente de pontos obtidos.
15. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
16. O resultado definitivo será divulgado no dia **26/11/2019**, para os estudantes de nível médio, nível superior, no sítio do CIEE na internet.
17. O processo seletivo terá validade até 31/12/2020, podendo ser prorrogado a critério do STJ.
18. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE [www.ciee.org.br](http://www.ciee.org.br), devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
19. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

***Boa Prova!***

**LÍNGUA PORTUGUESA**Vício secreto

Depois de vários assaltos, ela decidiu que estava na hora de mudar de vida. De nada adianta, dizia, andar de carro de luxo e morar em palacete se isso serve apenas para atrair assaltantes. De modo que comprou um automóvel usado, mudou-se para um apartamento menor e até começou a evitar os restaurantes da moda.

Tudo isso resultou em inesperada economia e criou um problema: o que fazer com o dinheiro que ela já não gastava? Aplicar na Bolsa de Valores parecia-lhe uma solução temerária; não poucos tinham perdido muito dinheiro de uma hora para outra – quase como se fosse um assalto. Outras aplicações também não a atraíam. De modo que passou a comprar aquilo de que mais gostava: joias. Sobre tudo relógios caros. Multiplicavam-se os Bulgan, os Breitling, os Rolex. Já que o tempo tem de passar, dizia, quero vê-lo passar num relógio de luxo.

E aí veio a questão; onde usar todas essas joias? Na rua, nem pensar. Em festas? Tanta gente desconhecida vai a festas, não seria impossível que ali também houvesse um assaltante, ou pelo menos alguém capaz de ser tentado a um roubo ao ter a visão de um Breitling. Sua paranoia cresceu, e lá pelas tantas desconfiava até de seus familiares. De modo que decidiu: só usa as joias quando está absolutamente só.

Uma vez por semana tranca-se no quarto, abre o cofre, tira as joias e as vai colocando: os colares, os anéis, os braceletes – os relógios, claro, os relógios. E admira-se longamente no espelho, murmurando: que tesouros eu tenho, que tesouros.

O que lhe dá muito prazer. Melhor: lhe dava muito prazer. Porque ultimamente há algo que a incomoda. É o olhar no rosto que vê no espelho. Há uma expressão naquele olhar, uma expressão de sinistra cobiça que não lhe agrada nada, nada.

(SCLIAR, Moacyr. *Vício secreto*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff050115.htm>. Acesso em: 18/09/2019)

- Em “Outras aplicações também não a atraíam.” (2º§), sobre o pronome NÃO se pode afirmar que:
  - É pessoal oblíquo.
  - Complementa o verbo.
  - Exerce a função de objeto direto.
  - Exerce a função de objeto indireto.**
- No enunciado “Tudo isso resultou em inesperada economia e criou um problema: o que fazer com o dinheiro que ela não gastava?” (2º§), o substantivo “dinheiro”, quando flexionado no grau diminutivo, torna-se “dinheirinho”. Assinale a alternativa em que o substantivo NÃO está flexionado corretamente no diminutivo.
  - Ruela (rua).
  - Luvita (luva).
  - Copázio (copo).**
  - Casebre (casa).
- Sobre a flexão dos substantivos, assinale a alternativa correta.
  - Ela subiu todos os degrais de Joelho.
  - Ela disse que os xadrezes estão na moda.**
  - Os cidadãos de bem, não devem se preocupar.
  - Na próxima semana, alguns escrivões serão transferidos.
- Em “De modo que comprou um automóvel usado, mudou-se para um apartamento menor e até começou a evitar os restaurantes da moda.” (1º§), é possível identificar três orações. Os verbos empregados estão, respectivamente, na voz:
  - Ativa, reflexiva e ativa.**
  - Ativa, reflexiva e passiva.
  - Passiva, reflexiva e ativa.
  - Passiva, reflexiva e passiva.
- O uso da palavra destacada em “É o olhar no rosto que vê no espelho.” (5º§) exerce a função de:
  - sujeito
  - objeto direto
  - objeto indireto
  - advérbio

- (A) Pronome relativo.  
 (B) Pronome analítico.  
 (C) Conjunção integrante.  
 (D) Conjunção subordinativa.

6. Suponha que a personagem do texto seja uma funcionária pública graduada. Qual seria a forma de tratamento mais adequada e respeitosa a ser utilizada?

- (A) Chamá-la de você.  
 (B) Chamá-la de Vossa Senhoria.  
 (C) Chamá-la de Vossa Eminência.  
 (D) Chamá-la de Vossa Excelência.

### QUESTÃO ANULADA

7. Sobre as palavras “joias” e “semijoias”, analise as afirmativas a seguir.

- I. As paroxítonas perderam o acento dos ditongos abertos “éi” e “ói”, como em “joias”.
- II. As oxítonas perderam o acento dos ditongos abertos “éi” e “ói”, como em “joias”.
- III. Não se usa hífen quando o prefixo termina em vogal “semi-” e o segundo elemento começa por consoante diferente de “r” ou “s”, como em “semijoias”.
- IV. Não se usa hífen quando o prefixo termina em vogal “semi-” e o segundo elemento começa com a consoante “j”, como em “semijoias”.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- (A) I.  
 (B) III.  
 (C) I e II.  
 (D) I e IV.

8. Em: “Sobretudo relógios caros. Multiplicavam-se os Bulgan, os Breitling, os Rolex” (2º§), as vírgulas foram usadas para separar:

- (A) Um aposto.  
 (B) Elementos verbais repetidos.  
 (C) Adjuntos e advérbios deslocados.  
 (D) Elementos de mesma função sintática.

9. Os termos destacados em “Aplicar na Bolsa de Valores parecia-lhe uma solução temerária; não poucos tinham perdido muito dinheiro de uma hora para outra – quase como se fosse um assalto.” (2º§) indicam que o verbo está no:

- (A) Futuro do subjuntivo.  
 (B) Imperativo afirmativo.  
 (C) Presente do subjuntivo.  
 (D) Pretérito imperfeito do subjuntivo.

10. Em “(...) não poucos tinham perdido muito dinheiro de uma hora para outra (...)”, (2º§) registra-se um caso de concordância verbal adequada. Assinale a alternativa na qual isso NÃO ocorre.

- (A) Um e outro já vieram.  
 (B) A maioria dos candidatos desistiu.  
 (C) **Haviam sérios problemas na cidade.**  
 (D) Mais de um candidato não compareceu à reunião.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Assinale a alternativa em conformidade com artigo 5º da Constituição.

- (A) Não haverá prisão civil por dívida em qualquer hipótese.  
 (B) **São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.**  
 (C) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, não sendo transmissível aos herdeiros.  
 (D) Nenhum brasileiro será extraditado, mesmo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização.

12. O alistamento eleitoral e o voto são

- (A) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.  
 (B) facultativos para os estrangeiros.

(C) facultativos para os maiores de sessenta anos.

(D) facultativos para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

13. Assinale a alternativa que apresenta a idade mínima para Presidente, Vice-Presidente e Senador, conforme o artigo 14 da Constituição Federal.

(A) Trinta e cinco anos.

(B) Trinta anos.

(C) Vinte e cinco anos.

(D) Vinte anos.

14. É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos \_\_\_\_\_ e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, \_\_\_\_\_ a sua celebração nas eleições proporcionais, \_\_\_\_\_ obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

Assinale a alternativa que preenche corretamente às respectivas lacunas acima.

(A) permanentes e provisórios / vedada / sem

(B) permanentes e provisórios / inclusive / com

(C) permanentes / inclusive / sem

(D) provisórios / vedada / com

15. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I. estabelecer cultos religiosos ou igrejas, ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, em qualquer hipótese.

II. criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

III. recusar fé aos documentos públicos.

Está correto o que se afirma em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III.

16. Assinale a alternativa correta no que se refere à organização dos poderes.

(A) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos.

(B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de trinta dias após a abertura da sessão legislativa.

(C) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

(D) Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta e um anos e no exercício dos direitos políticos.

17. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos:

I. em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

II. no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

III. antes de decorridos cento e vinte dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

18. Acerca dos princípios gerais da atividade econômica, é correto afirmar que

- (A) a lei disciplinará, com base no interesse partidário, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- (B) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (C) as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- (D) dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.

19. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, EXCETO

- (A) equidade na forma de participação no custeio.
- (B) irreducibilidade do valor dos benefícios.
- (C) caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão bipartite, com participação dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.
- (D) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

20. Sobre o Superior Tribunal de Justiça, analise as assertivas abaixo e,

considerando V para verdadeiro e F, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros.
- ( ) Compete a ele processar e julgar, originariamente os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
- ( ) Compete a ele julgar, em recurso ordinário, os habeas corpus decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.

- (A) F / V / V
- (B) V / F / V
- (C) V / V / F
- (D) V / V / V

#### DIREITO CIVIL

21. Assinale a alternativa em conformidade com o disposto no Código Civil acerca da sucessão provisória.

- (A) Decorrido seis meses da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando um ano, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- (B) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito trinta dias depois de publicada pela imprensa.
- (C) Antes da partilha, o juiz, quando julgar conveniente, ordenará a conversão dos bens móveis, sujeitos a deterioração ou a extravio, em imóveis ou em títulos garantidos pela União.
- (D) Empossados nos bens, os sucessores provisórios ficarão representando apenas passivamente o ausente, de

modo que não poderão correr contra eles as ações pendentes e as que de futuro àquele forem movidas.

22. \_\_\_\_\_ anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.

Assinale a alternativa que preenche corretamente à lacuna acima.

- (A) Dois
- (B) Quatro
- (C) Cinco
- (D) Dez

23. São pessoas jurídicas de direito privado, EXCETO

- (A) as organizações religiosas.
- (B) os partidos políticos.
- (C) as associações.
- (D) as autarquias.

24. Acerca da responsabilidade civil, é correto afirmar que

- (A) o dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, mesmo se provar culpa da vítima ou força maior.
- (B) é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- (C) o incapaz não responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (D) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.

25. São também responsáveis pela reparação civil:

- I. os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- II. o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- III. os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, exceto para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

26. No que se refere à posse e sua classificação, assinale a alternativa correta.

- (A) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- (B) Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- (C) Não é de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- (D) Considera-se possuidor somente aquele que tem de fato o exercício pleno de todos poderes inerentes à propriedade.

27. Nas obrigações alternativas, é correto afirmar que

- (A) a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.

- (B) pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.
- (C) quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção não poderá ser exercida em cada período.
- (D) se todas as prestações se tornarem impossíveis com culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.

28. Acerca da formação de contratos, deixa de ser obrigatória a proposta:

- I. se, feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.
- II. se, feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Não se considera presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.
- III. se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado; ou se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

29. De acordo com o disposto na Seção VIII do Código Civil, acerca do contrato preliminar, é correto afirmar que

- (A) exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- (B) concluído, e mesmo que nele conste cláusula de arrependimento, qualquer das partes terá o direito de exigir a celebração do definitivo, assinando prazo à outra para que o efetive.
- (C) esgotado o prazo, poderá o juiz, a pedido do interessado, suprir a vontade da parte inadimplente, conferindo

caráter não definitivo ao contrato preliminar, mesmo se a isto se opuser a natureza da obrigação.

- (D) se o estipulante der execução ao contrato preliminar, poderá a outra parte considerá-lo desfeito, e pedir perdas e danos.

30. São direitos básicos do consumidor, dentre outros:

- I. a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- II. a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- III. o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. No que se refere às normas fundamentais do Processo, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- (B) Não é permitida a arbitragem.
- (C) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução parcial do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- (D) Nem todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, mesmo que fundamentadas todas as decisões.

32. Assinale a alternativa em DESCONFORMIDADE com o disposto no Código de Processo Civil.

- (A) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- (B) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- (C) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- (D) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados exclusivamente por juízes, exceto no curso do processo judicial.

33. A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, não pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- (B) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- (C) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- (D) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, não podendo ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

34. Acerca das Despesas e dos Honorários Advocatícios, assinale a alternativa correta.

- (A) São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.
- (B) Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar,

sem os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, não sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.

- (C) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública não serão pagas ao final pelo vencido.
- (D) Quando, a requerimento do réu, o juiz proferir sentença sem resolver o mérito, o autor poderá propor novamente a ação sem pagar ou depositar em cartório as despesas e os honorários a que foi condenado.

35. São elementos essenciais da sentença:

- I. o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.
- II. os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito.
- III. o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

36. Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que

- (A) enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- (B) não invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão.
- (C) se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.

(D) não empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.

37. No que se refere à coisa julgada, assinale a alternativa correta.

(A) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito não tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

**(B) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.**

(C) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, prejudicando terceiros.

(D) Não é vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.

38. O juiz não resolverá o mérito quando

(A) o processo ficar parado durante mais de seis meses por negligência das partes.

(B) por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 10 (dez) dias.

**(C) homologar a desistência da ação.**

(D) não reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.

39. No que se refere ao Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa, é correto afirmar que

**(A) a indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa fixada periodicamente para compelir o réu ao cumprimento específico da obrigação.**

(B) na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, não fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

(C) a obrigação somente será convertida em perdas e danos se o autor o requerer.

(D) na ação que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade, a sentença que julgar procedente o pedido, uma vez transitada em julgado, não produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.

40. O conflito de competência pode ser suscitado por qualquer das partes, pelo Ministério Público ou pelo juiz. No prazo designado pelo relator, incumbirá ao juiz ou aos juízes prestar as informações. Decorrido o prazo designado pelo relator, será ouvido o Ministério Público, no prazo de \_\_\_\_\_ dias, ainda que as informações não tenham sido prestadas, e, em seguida, o conflito irá a julgamento.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

**(A) 5 (cinco)**

(B) 10 (dez)

(C) 15 (quinze)

(D) 30 (trinta)